



## Ministério Público Estadual



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA  
COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA SUBSTITUTO  
DILMAR LOPES CAMERINO

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO  
FÁBIO ROCHA CABRAL DE VASCONCELLOS  
EDUARDO BARROS MALHEIROS  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA  
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ  
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ  
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA  
ARNOLDO PETRÚCIO CHAGAS  
DILMAR LOPES CAMERINO  
DENNIS LIMA CALHEIROS  
VICENTE FÉLIX CORREIA  
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
LEAN ANTÔNIO DE ARAÚJO  
VICENTE FÉLIX CORREIA  
ARTRAN DE PEREIRA MONTE  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA  
EDUARDO BARROS MALHEIROS

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
WLADIMIR BESSA DA CRUZ

DIRETOR DO 1º CAO  
UBERJARA RAMOS DOS SANTOS

DIRETOR DO 2º CAO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL  
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

DIRETOR-GERAL  
EVELINE RODRIGUES DE SOUZA

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO  
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
JOSÉ GAMA FILHO

DIRETORA DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA  
ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA

DIRETOR DE PESSOAL  
OTÁVIO LESSASARMENTO

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA  
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO  
GRAÇA CARVALHO

### Procuradoria-Geral de JUSTIÇA

#### DIRETORIA GERAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA, NESTA DATA, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1.424/07

Interessado: Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Boca da Mata.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Acato o parecer da Assessoria Técnica, pela adoção das providências sugeridas.

Proc: 1.209/08

Interessado: Faculdade Integrada Tiradentes.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Direito Administrativo. Requerimento de formalização de Acordo de Cooperação Mútua e Termo de Compromisso de Estágio não remunerado do Curso de Serviço Social da Faculdade Integrada Tiradentes. Inexistência de previsão legal no âmbito do Ministério Público. Necessidade de ampliação do programa de estágio do Ministério Público para a inclusão do estágio curricular voluntário. Encaminhe-se à Escola Superior do Ministério Público para avaliação de lotações e quantidades para a ampliação do Programa de Estágio.

Proc: 1.257/08

Interessado: Posto Quarto de Milha Ltda.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Acato o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Possibilidade de formalização de termo Aditivo do Contrato de Fornecimento parcelado de Combustível nº 02/2008. Informação prévia do gestor do contrato com os valores a serem reajustados e definição das quantidades específicas. Aumento do óleo diesel. Equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Necessidade de parecer quanto a disponibilidade orçamentária e financeira. Aplicação do art. 65, inciso II alínea "d" e parágrafo 5º da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento, após o cumprimento da exigência ora exarada".

Proc: 1.520/08

Interessado: Rodrigo Araújo Campos, funcionário desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Assunto: Requerendo exoneração do cargo.

Despacho: Defiro. Lavre-se o ato respectivo. Após, arquivar-se.

Sindicância: nº 01/07

Despacho: Em face do exposto, considerando o acerto da análise levada a efeito pela Corregedoria Geral do Ministério Público, conheço o recurso e nego-lhe provimento. Publique-se, como conclusão o parágrafo retro. Devolvam-se os autos à Corregedoria Geral do Ministério Público, para as notificações e anotações de praxe. Cumpra-se.

O CHEFE DE GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. NELSON TENÓRIO SOBRINHO, DESPACHOU, NESTA DATA, POR DELEGAÇÃO, O SEGUINTE PROCESSO:

Proc: 1.447/08

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerendo abertura de licitação.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1.594/08

Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Em face do disquete anexo aos autos estar sem o arquivo correspondente, oficie-se ao interessado solicitando providências.

Proc: 1.598/08

Interessado: Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas S/A - SERVEAL.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1.606/08

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhando documentos.

Despacho: Desentranhem-se a denúncia de fl. 06 e remeta-se à 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Após, encaminhem-se os autos à Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Defesa do Consumidor.

Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió,

20 de junho de 2008.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Assessor Técnico/Diretoria Geral

ATO DE EXONERAÇÃO 50/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar, a pedido, RODRIGO ARAÚJO CAMPOS, do cargo de Oficial de Ministério Público, Símbolo AE-106 - PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 6.623/05.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 10 de junho de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE EXONERAÇÃO 51/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, resolve exonerar CARLOS HUMBERTO RODRIGUES SILVA, do cargo, de provimento em comissão, de Assessor Administrativo, Símbolo AS-3, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 20 de junho de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO 14/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público ANDRÉIA CANSANÇÃO DE SIQUEIRA para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Símbolo AE-109 - PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 6.623/05.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 20 de junho de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

ATO DE NOMEAÇÃO 15/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear, em caráter efetivo e em virtude de aprovação em concurso público JOSÉ MARCOS LINS ANTUNES para exercer o cargo de Oficial de Ministério Público, Símbolo AE-106 - PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, criado pela Lei nº 6.623/05.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 20 de junho de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

#### ATO DE NOMEAÇÃO 16/08

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear THAYSE VEIGA DE MENEZES MARANHÃO LIMA para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor Administrativo, Símbolo AS-3, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 20 de junho de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA nº 437, DE 20 DE JUNHO DE 2008

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V da Lei Complementar nº 15/96, resolve designar o Dr. FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO, 2º Procurador de Justiça Cível, delegando poderes administrativos, para responder pelo expediente da Procuradoria-Geral de Justiça, no período de 23 a 30 junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA  
Procurador-Geral de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Mensagem nº 01 /2008. Maceió, 20 de junho de 2008.

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência para submeter à deliberação dessa Augusta Casa da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, nos termos do artigo 127, §2º, da Constituição Federal, o incluso projeto de lei, que altera a estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas, o seu Estatuto dos Servidores do Quadro Técnico e Administrativo e dispõe sobre o reajuste do vencimento dos cargos de provimento efetivo, além de outras providências.

Atenciosamente,

Coaracy José Oliveira da Fonseca  
Procurador-Geral de Justiça

A sua Excelência o Senhor  
Deputado FERNANDO TOLEDO,  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas  
Maceió-AL.  
NESTA.

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº Maceió, 20 de junho de 2008.

Altera a organização administrativa, o Estatuto dos Servidores do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º. Ficam extintos os seguintes cargos, de provimento em comissão, do Anexo III da Lei Estadual nº. 6.306, de 12 de abril de 2002:

I - um (01) cargo de assessor especial, símbolo AS-1;

II - um (01) cargo de assessor de gabinete, símbolo AS-1;

III - dezesseis (16) cargos de assessor técnico, símbolo AS-2;

IV – trinta e um (31) cargos de assessor administrativo, símbolo AS-3.  
Art. 2º. Ficam extintos os cargos de oficial de transporte, código AE-101-PGJ, de provimento efetivo, do Anexo I da Lei Estadual nº. 6.623, de 10 de outubro de 2005, que não estiverem providos na data da publicação desta lei.  
Parágrafo único. Os cargos referidos no caput deste artigo, que estiverem providos na data da publicação desta lei, serão extintos automaticamente, à medida em que forem se tornando vagos.  
Art. 3º. Ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo, além dos já previstos no Anexo I da Lei Estadual nº. 6.623, de 10 de outubro de 2005:  
I – dois (02) cargos de auditor contábil, código AT-201-PGJ;  
II – um (01) cargo de assistente social, código AT-203-PGJ;  
III – um (01) cargo de psicólogo, código AT-204-PGJ;  
IV – um (01) cargo de administrador de rede, código AE-108-PGJ;  
V – três (03) cargos de técnico de manutenção e informática, código AE-105-PGJ;  
VI – um (01) cargo de programador de sistemas de computador, código AE-107-PGJ.  
Art. 4º. Os cargos de provimento em comissão, símbolo AS-1, fixados na Lei Estadual nº. 6.306, de 12 de abril de 2002, e que integram a estrutura administrativa do Ministério Público do Estado de Alagoas, passam a ser remunerados nos valores constantes do Anexo Único desta lei.  
Art. 5º. Os servidores do quadro de cargos de provimento efetivo dos serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas terão seus padrões remuneratórios, estabelecidos no Anexo Único da Lei Estadual nº. 6.774, de 23 de novembro de 2006, reajustados nos seguintes percentuais:  
I – símbolo PGJ-A, códigos AE-101-PGJ, AE-102-PGJ e AE-103-PGJ, 15% (quinze por cento);  
II – símbolo PGJ-B, códigos AE-104-PGJ e AE-105-PGJ, 30% (trinta por cento);

III – símbolo PGJ-C, códigos AE-106-PGJ, AE-107-PGJ e AE-108-PGJ, 35% (trinta e cinco por cento).  
IV – símbolos PGJ-D e PGJ-E, códigos AE-109-PGJ, AT-201-PGJ, AT-202-PGJ, AT-203-PGJ e AT-204-PGJ, 40% (quarenta por cento).  
Art. 6º. São extintas as funções gratificadas criadas pelo anexo IV da Lei Estadual nº. 6.306, de 12 de abril de 2002, de Chefe do Setor Médico (FG-1), Chefe da Seção de Preparação e Pagamento de Pessoal Inativo (FG-1), Chefe da Seção de Material e Patrimônio (FG-1), Chefe da Seção de Serviços Diversos (FG-1), Chefe de Protocolo (FG-1), Encarregado de Limpeza e Conservação (FG-2) e Encarregado de Comunicações (FG-2).  
Art. 7º. São criadas as funções gratificadas de Chefe do Departamento de Auditoria (FG-1), Chefe da Seção de Recursos Humanos (FG-1), Chefe da Seção de Elaboração e Acompanhamento de Contratos (FG-1), Chefe da Seção de Licitações (FG-1), Chefe da Seção de Aperfeiçoamento Funcional e Acompanhamento de Estagiários (FG-1), Encarregado de Assessoramento Administrativo (FG-2) e Encarregado de Relações Institucionais e Cerimonial (FG-1).  
Art. 8º. As funções gratificadas previstas no anexo IV da Lei Estadual nº. 6.306, de 12 de abril de 2002, com as alterações introduzidas por esta lei, passam a ter as seguintes remunerações:  
I – símbolo FG-1, R\$ 600,00 (seiscentos reais);  
II – símbolo FG-2, R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais).  
Art. 9º. Fica criado o Departamento de Auditoria do Ministério Público do Estado de Alagoas, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.  
Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Art. 11. Esta lei entra em vigor em 1º de dezembro de 2008.  
Art. 12 – Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Justificativa

O Ministério Público de Alagoas na busca permanente de aperfeiçoamento na gestão pública e, demais disso, sensível aos rumos da sociedade, promove uma drástica redução nos cargos de provimento em comissão. São, ao todo, quarenta e nove (49) os cargos comissionados a serem extintos, cuja intenção, exposta no projeto de lei ora submetido a essa Augusta Casa Legislativa, é a valorização do servidor do quadro efetivo, impulsionando a profissionalização no serviço público. Tal número implica em uma redução de quase 50% (cinquenta por cento) do total de cargos em comissão existentes em nossa Instituição. O demonstrativo em anexo revela que, com a redução dos 49 (quarenta e nove) cargos de provimento em comissão, gera-se uma economia mensal de R\$ 76.300,99 (setenta e seis mil, trezentos reais e noventa e nove centavos), ao passo em que, com a implantação dos reajustes propostos, a partir de dezembro de 2008, ocorrerá um incremento mensal de R\$ 73.742,76 (setenta e três mil setecentos e quarenta e dois reais e setenta e seis centavos).

Oportunamente, aproveitamos para carrear o vultoso valor economizado com a extinção dos cargos comissionados em prol de um reajuste para os cargos de provimento efetivo, sem gerar despesa extra alguma para a administração pública, nos moldes recomendados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessarte, com as medidas propostas, mesmo se considerarmos os reajustes que o presente projeto de lei pretende implantar, a redução do quadro comissionado ainda resultará numa economia mensal de quase R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto significa o compromisso de nossa instituição com a profissionalização do serviço público, com a valorização da carreira dos servidores do quadro permanente. O profissionalismo, que deve ser implantado nos serviços de apoio técnico e administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas, requer a existência de carreiras próprias e dignamente remuneradas.

No ensejo, aproveitamos o presente projeto de lei para readequar a estrutura do quadro de servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, tornando-o mais apto a corresponder aos anseios da sociedade alagoana. Em face disso, criamos mais 09 (nove) cargos, ampliando o rol de auditores contábeis, psicólogos, assistentes sociais, programadores de sistema, técnico em informática e administrador de rede, iniciativa que se faz necessária tendo em vista a crescente cobrança de profissionalismo por que vem passando a Instituição Ministerial, dotada de expectativas cada vez de maiores em relação ao seu trabalho. Necessário salientar, que o provimento dos referidos cargos dar-se-á na medida da realidade orçamentária da instituição, não gerando despesas de imediato.

O projeto contempla, ainda, o reajuste das funções gratificadas, cujos valores se encontravam defasados, acompanhado da extinção de 07 (sete) delas, posto que já não se adequassem a realidade do Ministério Público, carente de profissionalização, com a criação de 07 (sete) outras novas funções, que decerto irão atender as nossas necessidades hodiernas.

Promoveu-se, igualmente, um pequeno reajuste de alguns cargos comissionados que não foram extintos, por uma questão de justiça àqueles que os ocupam. Não é o caso de se demonizar os cargos em comissão. Há que se podar os excessos sem olvidar que tais cargos são necessários ao bom funcionamento da Administração Pública e seus ocupantes merecem ser valorizados. Assim, um dos objetivos deste projeto de lei é conceder reajuste remuneratório não só a todos os servidores efetivos da Instituição, mas também aos servidores comissionados do símbolo AS-1, sem gerar acréscimo de despesa.

Os percentuais e valores propostos são o resultado de minucioso estudo de impacto financeiro-orçamentário. Com a finalidade de encontrar-se os números mais adequados, levou-se em consideração: a) a necessidade de conceder-se reajustes diferenciados, pois as carreiras de nível superior encontram-se mais defasadas, seguidas pelas carreiras de nível médio; b) a possibilidade financeiro-orçamentária de a Instituição arcar com o impacto; c) atenção aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal; d) os reajustes normais do orçamento, para o ano vindouro, considerando a reposição inflacionária e acréscimos na projeção da receita do Estado.

Dessa forma, reduzindo drasticamente a quantidade de cargos de provimento em comissão da estrutura do Ministério Público, foi possível realizar um enxugamento na folha de pagamento capaz de satisfazer, com certa margem de folga, aos reajustes propostos. A opção de extinguir cargos

de provimento em comissão, 49 (quarenta e nove) ao todo, afora a evidente economia que daí resulta, bem demonstra uma verdadeira mudança de paradigma administrativo.

Cuida-se, em verdade, do surgimento de uma nova concepção. O quadro de servidores da Instituição passa a ter um perfil mais impessoal e mais profissional, homenageando ainda os ditames do art. 37, inciso V, da Constituição Federal (V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento);

Assim, por não haver aumento de despesa, antes tendo havido redução, o Ministério Público do Estado de Alagoas não sofrerá nenhum impacto financeiro-orçamentário com os reajustes remuneratórios propostos no presente projeto de lei.

Maceió, 20 de junho de 2008.

Coaracy José Oliveira da Fonseca  
Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SÚMULA DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

DOS CONVENIADOS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS E ESTADO DE ALAGOAS, por meio da AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS – ADEAL  
DO OBJETO: Operacionalizar as disposições legais, conforme o que estabelecem a Lei Estadual nº 6.673 de 04 de janeiro de 2006, em seu art. 2º § 1º, tendo por fim específico à execução das ações de defesa e inspeção agropecuária.

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária – ADEAL executará as ações de defesa sanitária animal e vegetal e a inspeção e fiscalização de seus produtos e subprodutos de acordo com a legislação vigente em sua sede e nas Unidades Regionais e Locais, comunicando obrigatoriamente ao Ministério Público qualquer inobservância aos seus princípios, preceitos e objetivos.  
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Aplicação do art. 116 da Lei 8.666/93 e suas alterações e disposições constantes no processo administrativo nº 1853/2007.  
DA VIGÊNCIA: O Convênio vigorará por 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura.  
DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2008.  
SIGNATÁRIOS: Dr. Coaracy José Oliveira da Fonseca (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Hibernon Cavalcante Albuquerque (Diretor-Geral da ADEAL).

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<

AO(S) 19º DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O  
FUNCIONÁRIO  
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO,  
ENCAMINHOU APÓS  
AS 16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO  
RELACIONADOS:

Proc.1609 / 2008  
Interessado:  
4º, 5º E 6º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE  
FAMÍLIA DA CAPITAL  
Assunto:  
REQUERENDO PROVIDÊNCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1610 / 2008  
Interessado:  
4º, 5º E 6º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE  
FAMÍLIA DA CAPITAL  
Assunto:  
REQUERENDO PROVIDÊNCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1611 / 2008  
Interessado:  
DR. HERMANN BRITO DE ARAÚJO LIMA  
Júnior, PROMOTOR DE  
JUSTIÇA  
Assunto:

ANEXO ÚNICO

DISCRIMINAÇÃO	SÍMBOLO	VENCIMENTO
ASSESSOR DE GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA	AS-1	R\$ 2.391,58
CHEFE DE GABINETE DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	AS-1	R\$ 2.391,58
ASSESSOR DE PROCURADOR DE JUSTIÇA	AS-1	R\$ 2.391,58

REQUERENDO FÉRIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1612 / 2008  
Interessado:  
PROMOTORIA ESPECIAL CRIMINAL DE  
INFRAÇÕES DE TRÂNSITO  
Assunto:  
ENCAM. DOCUMENTOS E REQ.  
PROVINDÊNCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1613 / 2008  
Interessado:  
DRA. FERNANDA MARIA MOREIRA DE  
ALMEIDA, PROMOTORA DE  
JUSTIÇA  
Assunto:  
REQUERENDO FÉRIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

DIEGO DE AMORIM ROCHA PEIXOTO  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<

AO(S) '20' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O  
FUNCIONÁRIO  
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO,  
ENCAMINHOU ATÉ AS  
16:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO  
RELACIONADOS:

Proc.1614 / 2008  
Interessado:  
DR.MARCIO ROBERTO T. DE ALBUQUERQUE,  
PROMOTOR DE  
JUSTICA  
Assunto:  
REQ. TRANSFERÊNCIA DE FÉRIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1615 / 2008  
Interessado:  
MAURICIO CORREIA DA ROCHA, FUNC. DESTA  
PGJ  
Assunto:  
REQUERENDO ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1616 / 2008  
Interessado:  
JOSEVÂNIO DE ALMEIDA LIMA, FUNCIONÁRIO  
DESTA PGJ  
Assunto:  
REQ. AFASTAMENTO DE SUAS FUNÇÕES  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

Proc.1617 / 2008  
Interessado:  
ADRIANO DA SILVA ARAÚJO, FUNCIONÁRIO  
DESTA PGJ  
Assunto:  
REQ. PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL

DIEGO DE AMORIM ROCHA PEIXOTO  
ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<

AO(S) '19' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O  
FUNCIONÁRIO  
COMPETENTE DESTE SETOR DE  
PROTOCOLO, PROMOVEU  
A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, APÓS  
AS  
DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE  
PROCESSOS  
ABAIXO RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2007.000268-9  
AGRAVO DE INSTRUMENTO  
CAPITAL

AGRATE :  
FEST CHOPP & GRILL ALIMENTOS LTDA - ME  
AGRADO :  
MACEIO SHOPPING CENTER COMERCIAL LTDA  
E PETROS-  
FUND.PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL E  
OUTRO  
Entrada :16/6/2008 Retirada :19/6/2008  
Devolução :19/6/2008 Saidap/ TJ 19/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 16/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

2ª CAMARA CIVEL

2007.002833-9  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
BONANCA HOTEIS E TURISMO LTDA  
Entrada :27/5/2008 Retirada :2/6/2008  
Devolução :19/6/2008 Saidap/ TJ 19/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 27/5/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VICENTE FELIX CORREIA

2ª CAMARA CIVEL

2008.000959-0  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
HEIDI REGO ANTUNES  
Entrada :29/5/2008 Retirada :2/6/2008  
Devolução :19/6/2008 Saidap/ TJ 19/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 29/5/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VICENTE FELIX CORREIA

2ª CAMARA CIVEL

2008.001160-5  
REMESSA EX-OFFICIO  
CAPITAL  
REMETE :  
JUIZO  
PARTE(S) :  
ESTADO DE ALAGOAS E PEDRO DE MELO  
ALVES E  
OUTROS  
Entrada :29/5/2008 Retirada :2/6/2008  
Devolução :19/6/2008 Saidap/ TJ 19/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 29/5/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VICENTE FELIX CORREIA

CAMARA CRIMINAL

2008.001328-3  
APELAÇÃO CRIMINAL  
PARIPUEIRA  
APETE :  
J.A.DOS S.  
APEDO :  
M.P  
Entrada :29/5/2008 Retirada :29/5/2008  
Devolução :19/6/2008 Saidap/ TJ 19/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 29/5/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DILMAR LOPES CAMERINO

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL

2008.001304-9  
REVISÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
REQTE :  
ILES ROCHA SANTOS  
:  
Entrada :26/5/2008 Retirada :29/5/2008  
Devolução :19/6/2008 Saidap/ TJ 19/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 26/5/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DILMAR LOPES CAMERINO

BIANCA ATTANASIO ANDRADE  
ASSESSORA TÉCNICA

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<

AO(S) '20' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O  
FUNCIONÁRIO  
COMPETENTE DESTE SETOR DE  
PROTOCOLO, PROMOVEU  
A DEVOLUÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ATÉ  
AS  
DEZESSEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE  
PROCESSOS  
ABAIXO RELACIONADO(S):

2ª CAMARA CIVEL

2008.001357-5  
APELAÇÃO CIVEL  
OLHO D'AGUA DAS FLORES  
APETE :  
MARCOS ASSIS BARROS  
APEDO :  
MARIA HOSANA FERREIRA WANDERLEY  
Entrada :18/6/2008 Retirada :19/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 18/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
SERGIO ROCHA CAVALCANTE JUCA

CAMARA CRIMINAL

2008.001419-9  
APELAÇÃO CRIMINAL  
JOAQUIM GOMES  
APETE :  
ADEILDO RUFINO DA SILVA  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :4/6/2008 Retirada :11/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 4/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2008.001412-0  
RECURSO CRIME  
CAPITAL  
RECORRTE :  
CHRISTOPHER JOSE NASCIMENTO DOS  
SANTOS  
RECORRDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :13/6/2008 Retirada :17/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 13/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2008.001452-2  
RECURSO CRIME  
CAPITAL  
RECORRTE :  
LAUDENI FERREIRA DE MENDONÇA  
RECORRDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :16/6/2008 Retirada :17/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 16/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2008.000893-8  
APELAÇÃO CRIMINAL  
CAPITAL  
APETE :  
FERNANDO DE ASSIS FREIRE  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :16/6/2008 Retirada :17/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 16/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SEÇÃO ESPECIALIZADA CIVEL

2007.000849-2  
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA (SEC)  
CAPITAL  
SUSCITE :  
JUIZ DE DIREITO DA 17ª VARA CIVEL DA  
CAPITAL  
SUSCIDO :  
JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CIVEL DA  
CAPITAL  
Entrada :10/6/2008 Retirada :11/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 27/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 10/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
LUCIANO CHAGAS DA SILVA

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2008.001113-1  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
PORTO REAL DO COLEGIO  
PACIENTE :  
EDERALDO PINHEIRO DA SILVA  
:  
Entrada :12/6/2008 Retirada :17/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 12/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2008.001099-5  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
PARIPUEIRA  
PACIENTE :  
JEOMAR CARVALHO COSTA  
:  
Entrada :16/6/2008 Retirada :17/6/2008  
Devolução :20/6/2008 Saidap/ TJ 20/6/2008

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)  
Data: 16/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

BIANCA ATTANASIO ANDRADE  
ASSESSORA TÉCNICA

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '19' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O  
FUNCIONÁRIO  
COMPETENTE DESTA SETOR DE  
PROTOCOLO,PROCEDEU  
A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,APÓS AS  
DEZESSEIS E  
TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO  
RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2008.001530-4  
APELAÇÃO CIVEL  
SAO BRAS  
APETE :  
GLEPCIENE ROCHA SANTOS E OUTROS  
APEDO :  
MUNICIPIO DE SAO BRAS  
Entrada :19/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2008.001385-0  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ISRAEL DA GUIA LIMA E OUTROS  
APEDO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :19/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO

1ª CAMARA CIVEL

2008.001517-7  
REMESSA EX-OFFICIO  
CAPITAL  
REMETE :  
JUIZO  
PARTE(S) :  
DIRETOR DE ARRECADACAO TRIBUTARIADA  
SECRETARIA DA FAZENDA DE AL E TRR-  
TRANSDIESEL  
Entrada :19/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CAMARA CIVEL

2008.001529-4  
APELAÇÃO CIVEL  
ARAPIRACA  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
NADIEJE FERNANDES DOS SANTOS  
Entrada :19/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

1ª CAMARA CIVEL

2008.001473-5  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
MAVEPE - M.A. VEICULOS E PECAS LTDA  
Entrada :19/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO

2ª CAMARA CIVEL

2008.  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
MARTHA GOMES DE BARROS MELRO  
Entrada :19/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
DENNIS LIMA CALHEIROS

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2008.001103-8  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
ANTONIO MARCOS DOS SANTOS  
:

Entrada :19/6/2008 Retirada :19/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VICENTE FELIX CORREIA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE  
ASSESSORA TÉCNICA

>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<

AO(S) '20' DIA(S) DO MÊS DE JUNHO O  
FUNCIONÁRIO  
COMPETENTE DESTA SETOR DE  
PROTOCOLO,PROCEDEU  
A DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA,ATÉ AS  
DEZESSEIS E  
TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO  
RELACIONADO(S):

1ª CAMARA CIVEL

2008.001385-0  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ISRAEL DA GUIA LIMA E OUTROS  
APEDO :  
ESTADO DE ALAGOAS  
Entrada :19/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO

1ª CAMARA CIVEL

2008.001473-5  
APELAÇÃO CIVEL  
CAPITAL  
APETE :  
ESTADO DE ALAGOAS  
APEDO :  
MAVEPE - M.A. VEICULOS E PECAS LTDA  
Entrada :19/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 19/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
FRANCISCO JOSÉ SARMENTO DE AZEVEDO

CAMARA CRIMINAL

2008.001511-5  
RECURSO CRIME  
PAULO JACINTO

RECORRTE :  
EDINALDO FAUTO BATISTA DA SILVA  
RECORRDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :18/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 18/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA  
NETO

CAMARA CRIMINAL

2008.001408-9  
RECURSO CRIME  
PARIPUEIRA  
RECORRTE :  
GESSE VICENTE DA SILVA  
RECORRDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :20/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 20/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA  
NETO

CAMARA CRIMINAL

2008.001186-3  
RECURSO CRIME  
JOAQUIM GOMES  
RECORRTE :  
IZAQUEL DOS SANTOS E OUTR  
RECORRDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :20/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 20/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

CAMARA CRIMINAL

2008.001390-8  
RECURSO CRIME  
UNIAO DOS PALMARES  
RECORRTE :  
FERNANDO GOMES DA SILVA  
RECORRDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :20/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 20/6/2008

Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTIOGENES MARQUES DE LIRA

CAMARA CRIMINAL

2008.001356-8  
APELAÇÃO CRIMINAL  
VICOSA  
APETE :  
JULIANO TERTO DA SILVA E OUTROS  
APEDO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :20/6/2008 Retirada :20/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 20/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
ANTONIO ARECIPPO DE BARROS TEXEIRA  
NETO

CAMARA CRIMINAL

2008.000468-6  
AGRAVO EM EXECUCÃO PENAL  
ARAPIRACA  
AGRAVANTE :  
IVAN CALDERA DA SILVA  
AGRAVADO :  
MINISTERIO PUBLICO  
Entrada :20/6/2008 Retirada :  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 20/6/2008  
Tipo: DISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

TRIBUNAL PLENO CRIMINAL-HC

2008.001376-4  
HABEAS CORPUS-T.P.CRIMINAL  
CAPITAL  
PACIENTE :  
LUIZ CARLOS COSTA  
:

Entrada :12/6/2008 Retirada :17/6/2008  
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)

Data: 20/6/2008  
Tipo: REDISTRIBUIÇÃO  
Procurador de Justiça:  
VICENTE FELIX CORREIA

BIANCA ATTANASIO ANDRADE  
ASSESSORA TÉCNICA

Planilha 1

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO - REAJUSTE SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

QUADRO I

REAJUSTE CARGOS COMISSIONADOS AS-1

SÍMBOLO	QNT	SAL. ATUAL	SAL. AUMENTO	TOTAL ATUAL	TOTAL AUMENTO	DIFERENÇA	O. PATRONAIS	TOTAL
AS-1	36	R\$ 1.839,68	R\$ 2.391,58	R\$ 66.228,48	R\$ 86.096,88	R\$ 19.868,40	R\$ 3.973,68	R\$ 23.842,08
<b>TOTAL</b>						R\$ 19.868,40	R\$ 3.973,68	<b>R\$ 23.842,08</b>

QUADRO II

REAJUSTE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SÍMBOLO	QNT	SAL. ATUAL	SAL. AUMENTO	TOTAL ATUAL	TOTAL AUMENTO	DIFERENÇA	O. PATRONAIS	TOTAL
PG-I-A	25	R\$ 850,00	R\$ 977,50	R\$ 27.916,28	R\$ 32.103,72	R\$ 4.187,44	R\$ 460,82	R\$ 4.648,06
PG-I-B	19	R\$ 1.050,00	R\$ 1.365,00	R\$ 32.527,13	R\$ 42.285,27	R\$ 9.758,14	R\$ 1.073,40	R\$ 10.831,54
PG-I-C	9	R\$ 1.300,00	R\$ 1.755,00	R\$ 11.700,00	R\$ 15.795,00	R\$ 4.095,00	R\$ 450,45	R\$ 4.545,45
PG-I-D-E	35	R\$ 1.700,00	R\$ 2.380,00	R\$ 59.500,00	R\$ 83.300,00	R\$ 23.800,00	R\$ 2.618,00	R\$ 26.418,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 131.643,41</b>	<b>R\$ 173.483,99</b>	<b>R\$ 41.840,58</b>	<b>R\$ 4.602,46</b>	<b>R\$ 46.443,04</b>

NATIVOS				R\$ 12.969,08	R\$ 16.126,55	R\$ 3.157,47	R\$ 300,00	R\$ 3.457,47
---------	--	--	--	---------------	---------------	--------------	------------	--------------

<b>TOTAL GERAL</b>								<b>R\$ 73.742,76</b>
--------------------	--	--	--	--	--	--	--	----------------------

QUADRO III

REDUÇÃO CARGOS COMISSIONADOS

SÍMBOLO	QNT	SAL. ATUAL	SAL. AUMENTO	REDUÇÃO	O. PATRONAIS	TOTAL
AS-3	31	R\$ 1.100,00	-	R\$ 34.100,00	R\$ 6.820,00	R\$ 40.920,00
AS-2	16	R\$ 1.612,80	-	R\$ 25.804,80	R\$ 5.160,96	R\$ 30.965,76
AS-1	2	R\$ 1.839,68	R\$ 2.391,58	R\$ 3.679,36	R\$ 735,87	R\$ 4.415,23
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>			<b>R\$ 63.584,16</b>	<b>R\$ 12.716,83</b>	<b>R\$ 76.300,99</b>

OBS: Conforme demonstram os Quadros I, II e III, o Ministério Público não sofrerá nenhum impacto orçamentário-financeiro com o reajuste dos salários do quadro de servidores, tendo em vista não ter acarretado aumento de despesa, pois o reajuste terá uma adequação orçamentária devido a redução de cargos comissionados.